

## Dino determina que CGU audite R\$ 469 milhões em emendas pagas em 2024

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou nesta terça-feira (18/2) que a Controladoria-Geral da União faça uma auditoria para saber o destino de R\$ 469 milhões em emendas parlamentares liberadas em 2024.

A decisão trata de emendas liberadas a beneficiários que não cadastraram os planos de trabalho na plataforma [Transferegov.br](https://transferegov.br). De acordo com o ministro, 644 planos não foram cadastrados.

“Apesar de tais inequívocos passos positivos, em relação aos planos de trabalho, ainda verificamos uma conjuntura que demanda novas providências”, disse Dino na decisão.

O ministro também determinou que 126 planos sejam fiscalizados para saber se eles estão sendo devidamente executados. Segundo Dino, a Procuradoria-Geral da República deve ser comunicada se houver desrespeito às regras estabelecidas pelo Supremo a respeito da destinação de emendas.

Por fim, Dino determinou que os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa sejam notificados para que efetuem, em até 60 dias, as adaptações técnicas necessárias para incluir informações como CPF e CNPJ dos destinatários das emendas nos extratos bancários.

Em dezembro do ano passado, [Dino liberou o pagamento de emendas](#), mas estabeleceu diversas regras de transparência. No caso das emendas pix, alvos da decisão desta terça, o ministro estabeleceu que os valores poderiam ser pagos desde que fosse informado um plano de trabalho prévio para as emendas.

**Clique [aqui](#) para ler a decisão ADI 7.697**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-fev-18/dino-determina-que-cgu-audite-r-469-milhoes-em-emendas-pagas-em-2024/>

Gustavo Moreno/STF



Dino determinou auditoria em emendas pagas em 2024